

QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1993

ECONOMIA

POLÍTICA ECONÔMICA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fazenda nega uso de redutor

163

Foram desmentidas as declarações feitas anteontem pelo ministro Andrade Vieira

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O Ministério da Fazenda negou ontem que esteja estudando a aplicação de um redutor para tarifas públicas, desmentindo as declarações feitas no dia anterior pelo ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Andrade Vieira. Em nota oficial, o ministro Fernando Henrique Cardoso reafirma que nenhuma medida nessa direção está sendo cogitada e que "o objetivo do Presidente da República e, portanto, do governo, é fixar tarifas em função dos custos de produção, sem que haja necessidade de determiná-las acima da inflação. A nota afirma também que "os preços do setor privado continuarão a ser fixados pelo mercado, sem outras reduções que não as que venham a ser estabelecidas voluntariamente entre produtores e pelo comércio".

A adoção de um redutor para preços e tarifas públicas e uma negociação com o setor privado é uma proposta do ministro Andra-



PROPOSTA DO REDUTOR FOI INOPORTUNA

Pressão das tarifas

Varição acumulada das principais tarifas públicas (janeiro a setembro - em %)

IPC/Fipe	917,34*
Ônibus urbano/SP	1.417,24
Diesel	1.063,02
Energia elétrica/SP	1063,12
Alcool	1.850,04
Gasolina	998,63

*IPC estimado para setembro de 34%

de Vieira, e não está em discussão na equipe econômica, afirmam assessores. Segundo eles, Cardoso disse a Andrade Vieira que a proposta foi inoportuna e tumultuou o mercado.

Cardoso, segundo assessores, teria reclamado ainda da especulação em torno das declarações de integrantes do governo.

Vieira e Cardoso se reuniram com o presidente Itamar Franco, mas as assessorias dos dois ministros minimizaram a conversa. O próprio Andrade

Vieira confirmou, depois, que só conversaram sobre o setor de café. O fato é que o ministro Vieira já não demonstrava tanto entusiasmo ontem ao comentar a proposta do redutor. "É uma proposta, uma ideia para se discutir, só isso", disse Andrade Vieira.

Reajuste menor em tarifa é considerado expurgo

MÁRCIO DE MORAIS 165

BRASÍLIA — O redutor em estudo no governo para aplicação sobre as tarifas públicas é, na verdade, um expurgo nos custos das estatais, disse ontem uma fonte do governo. A ideia é abater dos aumentos tarifários, a serem autorizados a partir de outubro, os gastos com aumentos reais de salários e de investimentos que não sejam relativos à atividade-fim de cada setor. O que a área econômica pretende com o redutor é, segundo a fonte, que as tarifas reflitam os custos reais das empresas.

Nem as próprias estatais sabem hoje o que elas têm de patrimônio, lembrou a fonte, mas cobram do governo valores que cubram todos investimentos realizados. O setor elétrico, por exemplo, tem hoje

um patrimônio estimado pelo ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero, de US\$ 75 bilhões a US\$ 120 bilhões, uma variação de 60%. Cabe uma pergunta ao ministro: a tarifa deverá remunerar os US\$ 75 bilhões ou os US\$ 120 bilhões?

A defesa inquestionável das estatais torna a aplicação de um redutor difícil, segundo a mesma fonte. A abertura das caixas pretas em que se transformaram as estatais brasileiras, principalmente as holdings Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás, são fundamentais para a aplicação do redutor, acrescentou.

Por conta dos disparates, disse ainda a fonte, a área econômica decidiu agir: cortou 50% dos investimentos da Petrobrás em 1994. Em troca, a Petrobrás exige, no entanto, que tenha um aumento real de 27%, relativos à perdas acumuladas nos últimos meses.

Criação de âncora cambial é defendida

164

BRASÍLIA — O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Alcides Túpias, afirmou ontem que a unificação das taxas de câmbio, iniciada pelo governo nesta semana, "é o primeiro passo" para a criação da âncora cambial. Para Túpias, que participou ontem da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), o governo precisa "aplainar a estrada" antes de usar a âncora. "Isso passa pela unificação".

"Temos que partir para a âncora cambial", defendeu o presidente da Associação Brasileira de Supermercados, Arthur Sendas, que também estava na reunião do CMN. No entanto, ele quer que antes o governo promova um "profundo" ajuste das contas públicas para eliminar o déficit público. Ele considera a âncora uma "boa medida" para reduzir a inflação e diz que não haveria problemas para o seu uso porque existem "reservas cambiais confortáveis".

Túpias e Sendas, junto com todos os outros representantes do setor privado no CMN, almoçaram ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, antes da reunião. Essa foi a segunda vez que Túpias ouviu o ministro falar sobre os planos do governo para tentar derrubar a inflação. Mesmo com estes contatos, Túpias preferiu ser cauteloso. "Talvez não precise da ancoragem, depois de um ajuste fiscal profundo", comentou.

No almoço no ministério, eles deram uma boa notícia ao ministro. "Estamos observando tendência de desaceleração de aumento dos preços", revelou Sendas que prevê um índice de inflação para setembro semelhante ao registrado em agosto.



ESTADÃO NO AR

ECONOMIA & NEGÓCIOS

900-0700

DÓLAR, OUTROS INDICADORES E NOTÍCIAS ATUALIZADAS, 8 VEZES POR DIA. 4 BOLETINS AOS SÁBADOS E UM AOS DOMINGOS E FERIADOS. LIGAÇÃO: CR\$ 50